

Lilian Carla Moreira Bento

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia - MG - liliancmb@yahoo.com.br

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011. 157 p.

Palavras-Chave: Turismo; Educação; Conservação.

Key-Words: *Tourism. Education. Conservation.*

Resenha

“Geoturismo e interpretação ambiental”, lançado pela Editora da UEPG em 2011 é um dos poucos livros publicados no Brasil sobre o trinômio (geodiversidade, geoconservação e geoturismo).

De autoria de Jasmine Cardozo Moreira, renomada especialista na área de turismo com ênfase em geoturismo, que recebeu em 2011 o prêmio Capes de Teses pelo seu excelente trabalho “Patrimônio geológico em Unidades de Conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas”, esta obra vem revelar um avanço nas pesquisas voltadas ao trinômio, acompanhando um tendência que já se faz marcante no exterior.

Dividido em três capítulos, bem elaborados, ilustrados e de fácil entendimento, a autora trabalha não apenas na perspectiva de elucidar conceitos teóricos acerca da temática, como trazer exemplos reais do que vem acontecendo em âmbito internacional e nacional, contextualizando o assunto.

No capítulo 1: “Turismo em áreas naturais e geoturismo”, da página 19 a 36, é realizada uma análise mais ampla sobre o turismo, segmentos turísticos, turismo de base natural e geoturismo, com ênfase nas distinções entre ecoturismo e geoturismo, bem como a premente necessidade do planejamento na garantia de um turismo sustentável.

Nesse início é notável a preocupação em se mostrar que a atividade turística está em franca expansão, fazendo com que surjam novos segmentos turísticos. Além de sinalizar para as interfaces existentes entre os diferentes segmentos turísticos, propiciando uma visitação mais rica e com enfoque sistêmico.

Ainda sobre isso a autora destaca o potencial de outros segmentos turísticos para abordar aspectos ligados a geodiversidade, como é o caso do turismo de aventura, demandando meios que levem esse conhecimento aos turistas.

Mais ao final do capítulo, o geoturismo é abordado individualmente, numa tentativa de esclarecer o seu surgimento, conceito, objetivos etc. Apesar de o conceito ser recente e ainda em construção, desde o século XIX já aconteciam viagens motivadas por paisagens ligadas ao patrimônio geológico. O conceito associado ao meio científico está ligado a Thomas Hose em 1995, mas o mesmo o aprimorou em 2000, sendo bastante utilizado nos dias atuais.

Ainda hoje se percebe certa confusão com relação ao prefixo geo da palavra geoturismo, levando muitos a relacionarem com os aspectos geográficos, enquanto que na verdade este reflete uma junção entre turismo e geologia.

Moreira na página 28 traz uma definição própria para geoturismo: “[...] é tratado como uma segmentação turística sustentável, realizado por pessoas que têm o interesse em conhecer mais os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local, sendo essa a sua principal motivação na viagem”.

Considerando essas pessoas que fazem geoturismo, Hose (2000 apud p. 29), esclarece que podem ser dedicados ou casuais, os primeiros são motivados basicamente por propósitos educativos e os últimos, por prazer, principalmente.

Independente do tipo de geoturista, o caráter educativo é uma das principais características que norteiam esse segmento, devendo existir meios interpretativos que possibilitem o entendimento, a compreensão dos lugares visitados.

Ainda no primeiro capítulo é comentado alguns fatores condicionantes que podem favorecer ou limitar o desenvolvimento do geoturismo, assim como os impactos positivos e negativos advindos de sua implantação, os quais serão sempre potenciais já que dependem da forma como a atividade foi planejada.

E sobre planejamento, já no final do capítulo, são sugeridas algumas fases a serem implementadas em parceria com o setor público e privado, objetivando transformar o geoturismo num turismo sustentável: inventário dos pontos de interesse; definição de objetivos e metas; desenvolvimento de ações e, finalmente, gerenciamento, avaliação e monitoramento.

Da página 37 a 70, no segundo capítulo intitulado “A geoconservação e as áreas preservadas” há um rico material sobre patrimônio geológico, unidades de conservação, relevância e relação entre patrimônio geológico e unidades de conservação e, ao final, sobre geoparques (o que são, origem, benefícios...).

Inicialmente Moreira traz o conceito de patrimônio geológico e logo depois é trabalhada a importância de se conservar esse patrimônio, tendo por justificativa, entre muitos outros, o fato de que a história da humanidade e da natureza não pode ser contada, reconstruída sem sua base geológica, daí a importância da geoconservação.

Geoconservação é um termo recente, bastante utilizado após 2004 com a criação da Rede Global de Geoparques e está associado à conservação de exemplares da geodiversidade que apresentem indiscutível valor a sociedade, mas valor que não seja apenas considerado em sua vertente econômica, mas sim intrínseco, ecológico, científico, educativo etc.

Também nesse capítulo é analisado outro conceito relacionado ao trinômio: geodiversidade, o qual, assim como os demais relacionados ao trinômio, é pouco divulgado e, nesse caso, há duas principais justificativas: deu-se maior visibilidade ao conceito de biodiversidade nas grandes conferências internacionais sobre a temática ambiental e, se usa pouco os termos geológicos na linguagem cotidiana.

Nesse sentido é percebida uma urgência: necessidade de humanização da geologia, criação de uma cultura geológica para que termos como geodiversidade e geoconservação sejam não apenas conhecidos, mas principalmente compreendidos pela sociedade em geral.

Aqui a autora traz como exemplo o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA que dentre tantas outras atividades voltadas à interpretação do patrimônio geológico oferece também visitas guiadas, através das quais os guarda-parques dão explicações sobre os locais visitados, traduzindo a paisagem para os visitantes, oportunizando um raro momento em que contemplação e educação se encontram.

Logo depois é apresentado um panorama das áreas protegidas e proteção do patrimônio geológico no Brasil. Foi efetivamente após a implantação do SNUC em 2000 que houve um avanço na proteção ambiental no Brasil, este objetivando não apenas a preservação e conservação da biodiversidade, mas também a proteção da geodiversidade, sendo que em grande parte dos parques nacionais os atrativos estão relacionados justamente a esse aspecto da natureza, como é exemplificado pela autora nos parques Estadual de Vila Velha e Nacional dos Campos Gerais.

Para que as unidades de conservação de fato cumpram com seus objetivos é imprescindível a realização do plano de manejo. Este deve nortear todo o trabalho do gestor, estabelecendo o zoneamento, normas de uso da área, manejo dos recursos naturais etc.

Na seqüência, uma análise sobre algumas iniciativas de conservação ambiental de âmbito internacional, com destaque para o Convênio para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972) e Rede Global de Geoparques (2004).

Em se tratando da lista de patrimônio da humanidade existem atualmente 10 critérios a serem atendidos e pelo menos um deve ser obedecido. Em específico ao sítio geológico ou geomorfológico deve atender ao critério VII.

Ainda existem poucos sítios de interesse geológico, dos 890 inscritos em 2010 apenas 8,5% estão relacionados, demonstrando que é preciso se dar mais visibilidade a essa vertente abiótica da natureza.

Tendo em vista esta realidade, foi criada outra iniciativa voltada mais especificamente a questão do patrimônio geológico (mas não apenas), os geoparques. O diferencial dos geoparques é que eles buscam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais a partir da conservação e uso ordenado do patrimônio geológico, tendo como premissas a educação, a pesquisa geocientífica e o turismo.

Em princípio ocorreu a criação da Rede Européia de Geoparques em 2000 (França, Grécia, Alemanha e Espanha) e apenas em 2004 foi criada oficialmente a Rede Global de Geoparques, formada atualmente por 77 geoparques em 25 países, sendo que um está localizado no Brasil: Geopark Araripe.

Assim como para integrar a lista do patrimônio mundial é preciso respeitar alguns critérios, com a Rede Global de Geoparques não é diferente. No item “Como integrar a Rede Global de Geoparques?” a partir da página 59, Moreira explica

os pontos principais para se integrar a essa rede, como deve ser o dossiê encaminhado a UNESCO, entre outros, além de destacar quais os benefícios de se fazer parte dessa rede.

No Brasil, em conformidade com os objetivos da Rede Global de Geoparques, foi proposto pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em 2006 o Projeto Geoparques, o qual tem como metas a identificação, descrição e divulgação de propostas nacionais.

No último capítulo “Educação ambiental e interpretação ambiental voltada aos aspectos geocientíficos: atividades geoes educativas, interpretativas e turística”, da página 71 a 133, Moreira trabalha no início aspectos conceituais de educação e interpretação ambiental, sua relação com o patrimônio geológico e encerra abordando os meios interpretativos passíveis de serem realizados.

Sobre educação ambiental é citada duas conceituações, uma do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1993) e outra da Lei 9.975/99.

O que há de relevante a se ressaltar sobre educação ambiental é que ela deve ser encarada como um processo, contínuo e demorado, podendo acontecer em qualquer lugar, sem estar atrelada apenas a ambientes escolares e, por fim, considera-se que o ato de preservar, conservar e gerenciar o ambiente faz parte do exercício da cidadania local e global.

Diante dessa constatação percebe-se o potencial transformador da educação ambiental, não deixando de incluir a geodiversidade nos programas educativos para não incorrer no risco de se proporcionar uma visão incompleta da natureza, sendo as unidades de conservação excelentes cenários para sua compreensão.

Nesse ponto a autora aborda a questão da geoeeducação, citando exemplos aonde o patrimônio geológico vem sendo utilizado com sucesso nesse tipo de atividade e mais adiante ela reforça o fato da sociedade não ser sensível às questões relativas ao patrimônio geológico, indicando formas de se trabalhar essa temática no Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Indica, ainda, a possibilidade de realização de cursos com professores, estimulando-os a abordar o patrimônio geológico e colocar os alunos em contato direto com a geodiversidade através dos trabalhos/saídas de campo.

Quanto à interpretação ambiental, Tilden (1957) foi o primeiro a defini-la, tendo por objetivo

a conservação ambiental mediante a sensibilização dos visitantes para a paisagem contemplada, fornecendo informações, entre elas do patrimônio geológico, de forma atrativa, para que se consiga promover o entendimento e, espera-se, a valorização destes lugares.

Referente aos meios interpretativos eles podem ser classificados em meios personalizados ou não personalizados sendo que para cada tipo de meio interpretativo abordado é facultado explicações gerais como características principais, objetivos e exemplos, fornecendo ao leitor fundamentação suficiente que o ajuda a compreender melhor esta temática e, se for o caso, a escolher por um ou outro segundo seus objetivos.

Ao término do capítulo no item “Ações educativas visando a interpretação do ambiente em relação aos aspectos geológicos e geomorfológicos” são indicados alguns procedimentos.

A primeira ação indicada é o estabelecimento de pontos de interesse geológico ou geodidático que podem ser utilizados tanto por professores como condutores, pesquisadores, visitantes, entre outros.

Para a seleção destes pontos sugerem-se as seguintes etapas: (a) estudo prévio e inventário, (b) descrição, (c) classificação e (d) elaboração de mapa com os pontos de interesse.

O objetivo é direcionar o olhar do visitante e facilitar o entendimento dos aspectos geológicos, sendo necessário, para isso, que sejam disponibilizados meios interpretativos em cada ponto, como painéis e material impresso.

Outra ação é a realização de cursos para condutores, citando como estudo de caso o curso de condutor de geoturismo realizado no Parque Nacional do Iguaçu e no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

Entre as propostas de geoeeducação a autora indica as atividades geoes educativas com algumas sugestões para o Ensino Fundamental e Médio; as saídas de campo; os kits pedagógicos e a realização de cursos e eventos.

A autora conclui na expectativa de que sua obra sensibilize gestores de unidades de conservação, planejadores turísticos, visitantes e comunidade quanto à necessidade e importância da educação e interpretação ambiental, ressaltando também a importância da inclusão de temáticas relacionadas ao patrimônio geológico nessas mesmas atividades.

Vale a pena salientar que ao final é oferecido ao leitor diversificado referencial, oportunizando

que a reflexão sobre esta temática seja enriquecida e aprofundada, tencionando a divulgação, entendimento e valorização de uma natureza integrada e não dicotomizada em bio e geodiversidade.

“Geoturismo e interpretação ambiental” é um livro de notável valia para todos aqueles que são

solidários e sensíveis a questão do patrimônio geológico, apresentando ferramentas úteis na luta pela inclusão dessa temática nos projetos de educação e interpretação ambiental realizadas em áreas protegidas, bem como no currículo de disciplinas ofertadas nos diferentes níveis de ensino.

Editorial flow/Fluxo editorial:

Received/Recebido em: 22.02.2012

Accepted/Aprovado em: 03.04.2012



TOURISM AND KARST AREAS
(formerly/formalmente: Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas)
Brazilian Speleological Society / Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE)

www.cavernas.org.br/turismo.asp